



À Prefeitura Municipal de Guarapari/ES

SEMAD

Comissão Permanente de Licitação - COPEL

REF: Concorrência Eletrônica nº 06/2024.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO ESPECIALIZADO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS GOLFINHOS, NO BAIRRO MUQUIÇABA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES

A Empresa Astori Construções e Montagens Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 35.372.808/0001-84, já qualificada nos autos do processo desta licitação pública, representada pelo sócio infra assinado, nos termos do Item 14.2 do Edital em epígrafe, c/c parágrafo 4º do artigo 165 da Lei 14.133/21, tempestivamente, vem apresentar a V.Sas.:

CONTRARRAZÕES,

Em face do recurso administrativo interposto pela empresa Moro Construção e Terraplanagem Ltda, pelo qual requer a inabilitação da empresa Astori, pelo que se segue:

DOS FATOS

A empresa Astori Construções e Montagens Ltda, no interesse de concorrer para a execução do objeto listado na licitação em questão, apresentou sua proposta econômica final, sagrando-se vencedora do certame, contudo, a empresa recorrente apresentou questionamentos acerca da sua documentação, para os quais apresentamos a seguir as devidas explicações legais .

De forma tempestiva e nos termos da lei, vem por meio desta apresentar suas contrarrazões que levarão aos interessados e em especial à Ilustríssima COPEL acerca do entendimento pela habilitação de sua proposta, nestes termos:



DO DIREITO

Inicialmente cabe-nos salientar de que o momento oportuno para a apresentação da exequibilidade de uma proposta se dá a partir do momento em que a administração pública assim o exige da empresa vencedora, nos termos do inciso IV do artigo 59 da lei 14.133/21, desta feita, não se pode afirmar que uma proposta seja inexecutável antes mesmo da apresentação da composição pela qual foi formulada.

Neste ínterim, é preciso entender que um preço de determinado serviço pode ser inexecutável para uma empresa, e ao mesmo tempo ser executável para outra, a depender de especificidades do serviço e de seus encargos, e de como cada empresa lida com tais parâmetros, como exemplo, sua carga tributária, capacidade de negociação, fontes alternativas, e custos logísticos.

É justamente nesse entendimento da diversidade de parâmetros a serem analisados que o TCU decidiu em plenário, através do Acórdão 465/2024, que o texto do § 4º do artigo 59 da lei 14.133/21 possui entendimento de presunção relativa quanto à inexecutabilidade de uma proposta.

No referido Acórdão, o TCU apresenta de forma clara e inequívoca que, após cogitada a inexecutabilidade de uma proposta, o órgão julgador da administração pública deve permitir que a empresa que apresentou tal proposta demonstre sua executabilidade, nos termos do § 2º do artigo 59 da lei 14.133/21, de onde destacamos:

"Consoante exposto anteriormente, a Lei 14.133/2021 delimitou a inexecutabilidade a valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração. No entanto, considerando o disposto na Súmula - TCU 262 e em diversos julgados do TCU, ainda sob a égide da Lei 8.666/1993, esse limite também pode ser considerado para fins de presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta.

De plano, reforça esse entendimento para coadunar com os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, que também pautam as licitações públicas, ademais, no interesse em nome do erário público, conforme os princípios da economicidade e competitividade.



DO RECURSO ADMINISTRATIVO (Moro Construção e Terraplanagem Ltda)

A empresa recorrente, na tentativa de induzir quanto à inexecutabilidade da empresa Astori, traz em sua peça jurisprudência (2023) do TCU onde o estudo em questão é uníssono no contexto literal do caput do artigo 59 da lei 14.133/21, porém, não analisando todo seu escopo, em especial, não levando em consideração o seu § 2º, além do mais, tal manifestação está ultrapassada visto existir entendimento posterior do próprio órgão e aqui apresentado pela empresa Astori, cuja seção se deu em março de 2024.

DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA EMPRESA ASTORI

Apresentamos em anexo a composição de custos dos itens da planilha, comprovando sua exequibilidade, declarando assim a total condição técnica e financeira de executar o objeto da presente licitação.

Fato que corrobora tal assertiva, apenas buscando no município de Guarapari, onde no decorrer dos últimos dois anos possui 12 (doze) obras entre concluídas e em andamento, estas últimas, dentro do cronograma, destacando-se a reforma da Feira do Artesanato, onde incluindo os aditivos, alcança 5 milhões de reais, estando em fase final (84,67% do cronograma) e vencida com 35,14% de desconto.

DO PEDIDO

Por tudo exposto, a empresa Astori Construções e Montagens Ltda requer o recebimento e acolhimento do presente contra recurso, a manutenção do resultado da licitação, e na qualidade de vencedora, ter a presente licitação homologada neste sentido.

Com os devidos préstimos de elevada estima,

Pede deferimento,

Subscreve,

Guarapari, 26 de agosto de 2024